

SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS 2026

TERRITÓRIO E MORADIA

ONDE MORAM OS TEUS IRMÃOS?





No Cerrado maranhense, a aldeia Porquinhos, da TI Porquinhos, abriga 892 indígenas do povo Canela Apãnjekra. Com estrutura circular típica das ocupações Timbira (tronco Jê), organiza-se em torno de um pátio central, com vias concêntricas e "ruas" radiais. Cercada pela mata, sofre com desmatamento por monocultivos, pastagens, carvoarias. A TI Porquinhos está entre as mais desmatadas do Cerrado

Foto: Fábio Costa/Cimi

A Campanha da Fraternidade na Semana dos Povos Indígenas

Seguindo o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, Fraternidade e Moradia, e o lema, "Ele veio morar entre nós" (Jo 1,14), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) propõe, nesta Quaresma, algumas perguntas incômodas que, para além das análises políticas, exigem vigilância e respostas pastorais. Antes de tudo, apropriamo-nos da pergunta "Onde mora teus irmãos?" e a transformamos de para "Onde moram nossos irmãos?"

Afinal, os povos indígenas são nossos irmãos? Como e onde moram esses irmãos? Será que nós, batizados ou não, cidadãos brasileiros ou apenas amigos e visitantes deste país, temos alguma responsabilidade sobre a moradia e a territorialidade daqueles que foram os primeiros habitantes do território brasileiro? A responsabilidade é a liberdade e o dever dos adultos. Fraternidade é responsabilidade solidária. Para nós, cristãos, essas perguntas assumem um sentido profundo, pois vivemos amparados pelo mistério central do cristianismo: a encarnação de Jesus Cristo, que "se fez carne e veio morar entre nós" (Jo 1,14) e que chamou os "outros", os "estranhos" e os "menores" de seus irmãos e suas irmãs (cf. Mt 25,40).

"Encarnação" significa viver a nossa mensagem — a Palavra que se fez carne — de olhos abertos e como semente lançada à terra da realidade. Qual é, pois, a realidade da territorialidade dos povos indígenas? Onde podemos identificar nossa responsabilidade solidária para ouvir o grito por justiça, para acompanhar os desamparados e expulsos de suas próprias terras, e para intervir com responsabilidade nos tribunais de justiça, que atuam com lentidão e nem sempre com imparcialidade?

O território próprio e legalmente reconhecido de cada povo indígena é o pressuposto de sua memória histórica, de suas práticas culturais e de seu futuro como povo. Por essa razão, a Semana dos Povos Indígenas tem, entre seus objetivos, o de

chamar a atenção para a territorialidade indígena, condição essencial para sua vida. Paralelamente, queremos reafirmar nossa responsabilidade e nossa fraternidade solidária com as comunidades indígenas. Viver concretamente essa responsabilidade não é tarefa fácil.

Territorialidade plural

Os territórios indígenas constituem, em geral, um conjunto de casas e espaços de vida nos quais se organizam formas comunitárias de convivência entre familiares, parentes e vizinhos, com quem se partilham trabalhos, festas e lazer. Esses acontecimentos vitais, que compõem a realidade histórica, cultural e sociopolítica dos povos indígenas, precisam ser analisados com sensibilidade, pois se trata de realidades múltiplas. A frase de Tom Jobim, "o Brasil não é para principiantes", aplica-se também à complexidade da causa indígena, de suas culturas e configurações históricas, bem como às diversas formas pelas quais hoje vivenciam sua territorialidade: sejam aldeados, com ou sem territórios demarcados; povos em contexto urbano; ou povos isolados, "livres", praticamente sem contato com a sociedade envolvente.

As moradias indígenas, habitações comunitárias ou de famílias, variam conforme a organização social de cada povo e tronco linguístico. Podem ter formato circular ou retangular e abrigar uma ou várias famílias nucleares. Em nossas vivências com os povos indígenas, percebemos que esses espaços, orientados por conhecimentos ancestrais, contribuem para fortalecer a identidade de cada povo, sendo neles que se realizam práticas ritualísticas e se estabelecem relações com o sagrado, com o cosmo e com a natureza. Tudo está interligado, e tudo se vê ameaçado pela perda ou destruição dos territórios.

Contexto urbano

Quase metade dos povos indígenas vive hoje em contextos urbanos, nas periferias das cidades, em zonas marginais ou bairros precariamente urbanizados. A cidade alcançou esses povos, assim como muitos indígenas migraram para os centros urbanos em busca de vida digna; impelidos pela ausência de assistência dos poderes públicos nas aldeias ou expulsos de seus lugares tradicionais por conflitos territoriais. Além de terem seus direitos cotidianamente negados, enfrentam preconceito, racismo institucional, invisibilidade e dificuldades de acesso a políticas públicas, residindo, com frequência, em áreas de risco.

Segundo o censo do IBGE de 2022, a população indígena nos centros urbanos aumentou. Muitos sobrevivem da venda de artesanato; outros, da caridade, pedindo nos semáforos ou contando com campanhas de solidariedade. Diversos grupos organizam-se em movimentos na luta por moradia, saúde, educação e para combater a invisibilidade, reafirmando que o espaço urbano também é lugar de presença indígena.

Povos em situação de isolamento voluntário

De acordo com dados do Cimi de 2025 (cf. folder da "Semana dos Povos Indígenas 2023: Territórios livres – Povos sem Fome"), há cerca de 119 povos isolados no Brasil. O Cimi utiliza a expressão "Povos Livres" para enfatizar a autodeterminação, a autonomia e a escolha desses grupos por não estabelecerem contato, mantendo-se distantes do mundo não indígena. Muitos desses povos vivem em terras não demarcadas, mas todos se encontram em áreas de conflitos territoriais.

Invasões de madeireiros e a instalação de grandes empreendimentos colocam em risco seu modo de vida. São povos cuja territorialidade se expressa no deslocamento sazonal por



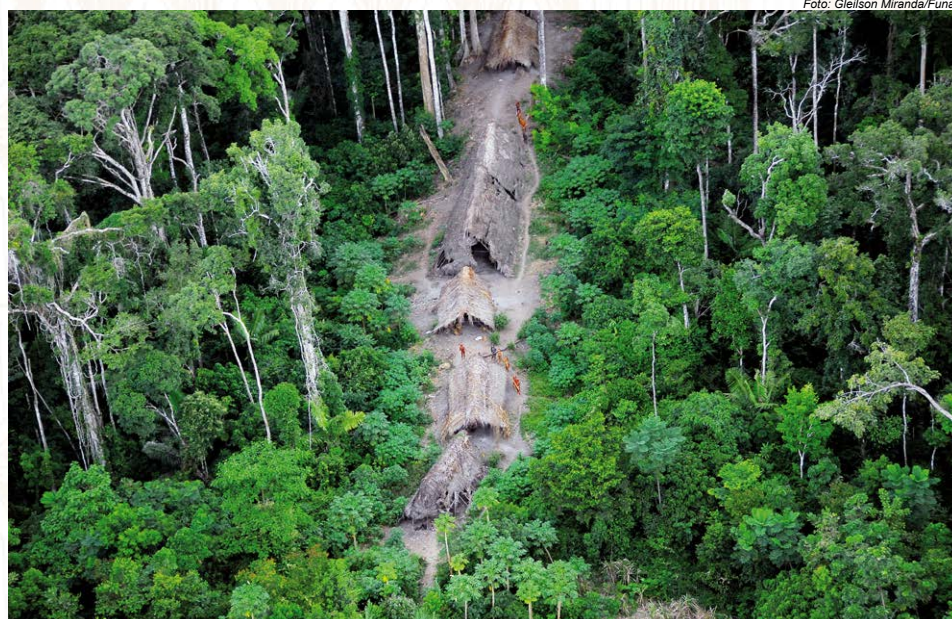
Na Grande São Paulo, cercado por muros acinzentados, hortas cultivadas por indígenas dividem espaço com torres de alta tensão. É a forma encontrada pelo povo Pankararé, em contexto urbano, para garantir seu sustento. Entre verduras, hortaliças e ervas medicinais, erguem-se as estruturas que sustentam os fios. Isolado das demais casas, o terreno costuma ficar vazio e qualquer atividade na área oferece riscos

determinadas regiões, em busca de alimentos, coleta de frutos, caça, tubérculos, mel e água. Dependem exclusivamente da luta de outros parentes e aliados pela proteção de seus territórios, condição indispensável para sua sobrevivência. Sem a floresta, seu modo de vida torna-se inviável, comprometendo a continuidade do povo.

Retomadas: a luta indígena pelo território

Os povos em retomada protagonizam atos de resistência ao reocupar áreas tradicionais que lhes foram tomadas. Vítimas de esbulho possessório, ocupam territórios ancestrais como resposta à morosidade do Estado brasileiro no reconhecimento e na demarcação de suas terras. Diversos estados testemunham essa realidade: Kaingang e Xokleng, em Santa Catarina; Guarani Mbya, Ava Guarani e Guarani Kaiowá, no Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul; Tupinambá e Pataxó, na Bahia; Puri, em Minas Gerais; Akroá Gamella, no Maranhão. Esses povos sofreram tamanha violência durante a colonização que hoje, retomam território, língua materna, cultura e rituais tradicionais. Fortalecem-se por meio de intercâmbios com outros parentes do mesmo tronco linguístico, exigem políticas públicas específicas e enfrentam o racismo.

Nos territórios já demarcados, a conquista fundiária não significa o fim dos problemas. No cotidiano, os povos vivenciam a vida comunitária em sua complexidade e desafios, buscam a reciprocidade como prática, o respeito, a troca de serviços e a partilha de alimentos. Dinâmicas atravessadas pelas referências individualistas e acumuladoras da sociedade envolvente, mas que expressam a insistência na lógica de que o que se tem hoje pode ser partilhado com o próximo, e assim sucessivamente. Enfrentam, porém, a falta de fiscalização dos territórios e a necessidade permanente de garantia de políticas sociais específicas e diferenciadas.



Isolados do Xinane (AC). Povos indígenas em situação de isolamento vivem na Amazônia, no Grande Chaco paraguaio e em outras regiões do mundo. Por diferentes razões, optaram por se afastar das relações com as sociedades nacionais e com outros povos indígenas. Segundo a Eapil, há cerca de 119 povos livres no Brasil. Termos como "sem contato" ou "isolados" são utilizados para descrevê-los, mas, para o Cimi e a Eapil, não são os mais adequados: esses povos são compreendidos como "em situação de isolamento voluntário", "autônomos" ou "livres". São testemunhas da presença originária no continente, anteriores aos Estados nacionais e sobreviventes da violência que se reproduz até hoje. A escolha pelo isolamento expressa sua autonomia e busca evitar relações de dominação e conflitos

Demarcação no combate à violência e pela justiça

A demarcação dos territórios indígenas asseguraria a esses povos um espaço registrado e protegido pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estado brasileiro. Mas essa luta tem sido árdua: são necessários, em média, mais de trinta anos para demarcar um território indígena. Atualmente, a maioria das demarcações ocorre apenas após processos de judicialização — tem sido esse o caminho jurídico encontrado. A demora na regularização fundiária intensifica a violência, a exploração ilegal de recursos naturais e a insegurança para os povos originários.

A Semana dos Povos Indígenas insere-se na lógica do “ver-julgar-agir”: informação sobre a realidade sociopolítica dos povos indígenas, análise dos dados que o Cimi anualmente publica em seus “Relatórios de Violência” e ação em defesa dos territórios. Essa defesa, porém, está inserida em conflitos mais amplos, que transcendem a realidade local e se articulam a três dinâmicas estruturais: o não reconhecimento do Outro; acumulação dos meios de produção, sobretudo a terra, promovendo desigualdades econômicas e desequilíbrio político; e a aceleração das atividades que destroem não apenas o modo de vida dos povos indígenas, mas a vida de toda a humanidade, hoje à beira de um abismo. Não dispomos de saberes especiais nem de soluções privilegiadas para intervir nessa lógica destrutiva do não reconhecimento, da acumulação e da aceleração.

Temos, no entanto, razões para lutar pela redistribuição dos bens e pelo reconhecimento do Outro; razões que emergem da responsabilidade fundamentada na coerência e na relevância de nossa fé, a qual nos ensina que toda estrutura humana pode ser transformada pela solidariedade e pela organização coletiva. Nossas lutas por justiça são humanas e inconclusivas; nossa fé e nossas esperanças não operam por magia.

É possível que os muros caiam: os muros dos quartéis, dos palácios de Justiça, dos templos e dos cemitérios. O que permanece é o CAMINHO, que nos convida a caminhar e a lutar no meio dos injustos, dos injustiçados e dos justos.

REFLEXÕES

- Para o Papa Francisco, ser uma Igreja sinodal e em saída significa estar próxima desses nossos parentes, irmãos, ser solidária com suas lutas e comprometer-se com uma vida mais digna, mais humana e com a justiça social.
- Por que os povos indígenas sofrem com a falta de demarcação de suas terras?
- Como vivem os povos aldeados? Em situação digna ou indigna?
- Mesmo vivendo em áreas demarcadas, sofrem com os impactos das mudanças climáticas, como alagamentos causados por chuvas intensas?



Damiana Guarani Kaiowá, junto às demais Nhandecy (rezadoras) Guarani e Kaiowá, em uma das muitas assembleias da Aty Guasu das quais participava com seu povo, na luta pela recuperação dos lares ancestrais

Damiana Kaiowá e Guarani viveu o tekoharã em seu território-mundo

Damiana Cavanã morreu aos 84 anos, à beira de uma rodovia. Passou uma vida inteira, desde 1939, perseguindo o sonho de voltar para casa, o Apyka’i.

“Voltar pra casa” é um conceito complicado para explicar a determinação inegociável dos Kaiowá e Guarani de pisar em um lugar que lhe foi negado durante toda a sua vida. Mas os seus pais moraram lá. Seus avós moraram lá. Logo, Damiana também morou. Com pincéis-palavras, sobre a folha de seu coração, seus avós e pais desenharam tantas vezes e com tanto carinho cada cantinho de Apyka’i que Damiana podia sentir o cheiro da terra, as nuances do chão.



Damiana Guarani Kaiowá em mais um dos enterros à beira da BR-463. Ela enfrentou despejos e violência. Viveu por anos em um pedaço de terra comprimido entre a monocultura de cana e a rodovia, onde parentes foram atropelados. “Ela recolhia os corpos e os enterrava no território”, relata um missionário do Cimi MS. “Apyka’i, em certo momento, tinha mais cruzes que gente”, conta

De Apyka’i Damiana sabia tudo e de cor. Todos os seus e todas as coisas que lhe constituíam no mundo jamais saíram de lá. Damiana sabia exatamente como era, como foi e como viria a ser. Tendo seu presente negado, ela viveu o tekoharã: aquilo que será.

Então, sentava-se diante do território dos seus antepassados e olhava: lá via uma floresta onde os demais olhos só podiam ver desolação. Sabia a localização de todas as árvores que cresceriam no território. Na verdade, ela via o futuro, que também era passado e, assim, espiritualmente

conectada a essa visão, suportava o presente. Ninguém pode fechar a porta do lado de fora porque existia uma terra que nasceu casa do lado de dentro.

Quem passava pela rodovia via:
um barranco,
uma senhora pequena,
uma lona preta,
pobreza que só!
De um lado, a estrada; do outro, a monocultura.

A vida parecia um delírio solitário e lamurioso entre a cerca e o asfalto.

Mas Damiana, acampada em um pedacinho do seu território-mundo, não via assim e nem estava só!

Mesmo sem poder morar, foi cuidadora e anfitriã da morada de tantos. Quem só via a lona não via o mundo que dançava em volta. Moradia para Damiana não era a casa, mas sim o conjunto de elementos que cresciam e se relacionavam com cada centímetro do chão ao redor. Cada planta salva, cada equilíbrio possível, cada animal que cruzava, cada espírito que ali permanecia – deles ela cuidava e a eles ela protegia.

Antes da estrutura quase inexistente e castigada das lonas pretas queimando ao sol, havia todo um alicerce cosmológico. Cada pilar deste lar invisível era cuidado pelo seu canto e seu mbaraka. Por isso Damiana suportava a vida material que lhe faltava.

Mas não suportava o mal que faziam à terra. Sofria com cada ataque. Eram golpes letais à sua própria dignidade. Cada ferida que sofria a terra era uma ferida feita a ela própria. O veneno, o rio agonizante, a árvore derrubada. Isso lhe doía como se sua própria alma sofresse um despejo. Isso lhe despejava a alma da casa de dentro. Lhe destelhava a paz, deixava a vida ao relento. Puro desterro!

Damiana sempre soube que recuperar o território de Apyka'i era a única forma real de restituir a moradia para seus filhos e netos. Então, levou uma vida de retomada. Viveu sem casa e sendo expulsa reiteradamente de sua própria casa até garantir a publicação e o reconhecimento de seu território ancestral.

Na negligência do Estado, que insiste na não demarcação, ou seja, em negar a única e real moradia digna aos povos originários, Damiana foi vizinha permanente da violência.

Certo dia, essa vizinha lhe bateu à porta e Damiana foi encontrada sem vida sobre o barranco que habitava.

Damiana ancestralizou e virou bandeira junto à luta de todos os povos em retomada, resistentes em cada canto deste país. Assim Damiana, junto aos demais, continua a acenar carinhosamente um lar para a natureza, para os espíritos e para as gentes.

Esta história é de Damiana, uma entre centenas de outras histórias similares nesta saga de vida e morte do povo Kaiowá. Poderia ter tantos outros rostos, ser contada em tantas outras línguas, ter a face de tantos outros povos. Poderia ser de qualquer outra retomada mantida por povos que asseguram com suas próprias vidas possibilidades de lar e futuro para suas crianças. Ou ainda poderia ser contada a partir de guerreiras e guerreiros que protegem seus lares do avanço desterritorializante do agro-minero-hidro-negócio.

O Cimi, por Damiana e por todos os povos que continuam tendo que viver suas vidas em eterno caminho, compromete-se a lutar incessantemente pela demarcação dos territórios indígenas. Na força da luta e sob a luz do evangelho, sabemos que um dia toda esta marcha se tornará lar.

Foto: Ruy Sposati/Cimi



A comunidade de Apyka'i tornou-se símbolo da luta territorial e da violência contra os povos originários no Brasil. Na imagem, durante visita à região em 2014, o então secretário-geral da Anistia Internacional, Salil Shetty, afirmou: "Apyka'i é o lugar onde os direitos humanos não existem", sobre a situação dos Guarani e Kaiowá em Dourados (MS). A cruz na imagem marca o local onde Damiana enterrou um de seus parentes, atropelado



Em dezembro de 2017, mulheres Enawenê Nawê durante um dos quatro rituais anuais. Contatados em 1973, organizam a vida em torno de rituais que saúdam os espíritos e orientam o cotidiano da comunidade. Cada ciclo reafirma o sagrado e a partilha: peixe, beiju, mandioca, chicha, batata, milho e mel, colocados em comum por um dos nove yákwa – o clã responsável pela festa. Povo alegre, aberto e de rica pluralidade musical e danças

Territorialidade dos Povos Indígenas: onde mora o teu irmão

Eles eram milhões. Originários de uma terra que se fez mãe, de uma natureza irmã, onde as águas nutriam e regavam a existência - plena, viva, feliz.

Mas houve uma ruptura abrupta.

Outros, vindos de continentes distantes, abandonaram seus próprios lugares de ser e viver e passaram a desbravar territórios alheios, apropriando-se, à força, do que não lhes cabia, do que não lhes pertencia, do que jamais lhes conferiu direito algum.

Não bastava a invasão. Não bastava o saque.

Havia a ambição – desmedida, insaciável – que se sobrepuja às vidas em plenitude que habitavam várzeas, planícies, serras, praias e florestas.

E ainda não era suficiente.

Era preciso dominar corpos e almas. Matar ou deixar viver sob condição: servir, trabalhar, entregar sem restrição tudo o que era ancestral – memória, fé, crenças. Até os espíritos precisavam ser arrancados de suas existências.

Assim, aos poucos, ao longo dos anos, a escravidão, o genocídio, a devastação e o controle sobre a vida e a morte tornaram-se regra. Depois, leis. Por fim, naturalizou-se a ideia de que os filhos e filhas da terra-mãe deveriam desaparecer.

Houve a desterritorialização quase absoluta.

Mas também houve resistência. Muita coragem e sangue regaram as décadas de invasão sistemática.

Havia resiliência. Força que se contrapôs à expansão genocida e etnocida.

E no tempo de agora – passados mais de cinco séculos – as sementes ainda germinam, apesar dos arados, do fogo, das motoserras, dos tratores, das patas do boi, do veneno e da transgenia.

Neste tempo, há luta por direito. Há luta por justiça. Há sonhos de liberdade.

Há ainda muitos e muitas sem lugar para viver - nas margens, sob lonas pretas.

Há os que insistem em seguir onde sempre estiveram, contra o império da violência.

Há os que se mantêm em movimento para garantir o lugar de ser e viver.

E é nesses espaços de existência que a vida se faz e se refaz: nas raízes das memórias, nos sonhos, nas espiritualidades, na oralidade e na esperança do Bem Viver.

É lá que se habita.

É lá que se vive.

É lá que se projeta o amanhã.

Foto: Comissão Guarani Yvyrupa/2022



O tekoha Tatury, parte da TI Tekoha Guasu Guavirá, no oeste do Paraná, assim como vários outros, é cercado por plantações de soja. São seus quintais invadidos pela soja e pelo agronegócio, que alarga fronteiras sobre terras indígenas

Foto: Maíara Dourado/Cimi



O rio Komi-Memen (rio Lage) tem valor material e espiritual para o povo Oro Wari, em Rondônia. Em 2023, a Lei Municipal nº 2.579 reconheceu, pela primeira vez no Brasil, direitos legais a um rio, garantindo ao Lage existir em "fluxo natural" e em "condições físico-químicas adequadas". A norma também cita ameaças como invasões e avanço de monoculturas

Organismo vinculado à CNBB



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

www.cimi.org.br



x.com/ciminacional

youtube.com/ConselhoIndigenistaMissionario

instagram.com/cimi_conselhoindigenista

fb.com/conselhoindigenistamissionario

flickr.com/conselhoindigenistamissionario

CAPA: Encontro nacional de lideranças indígenas na TI Panambi - Lagoa Rica (MS) em março de 2025 | ARTE DE Clara Comandolli | FOTO DE Tiago Miotto/Cimi

EDIÇÃO E REVISÃO:
Hellen Loures e Renato Santana
TEXTO: Madalena Borges, Matias Benno e Roberto Liebgott

DIAGRAMAÇÃO: Licurgo S. Botelho
IMPRESSÃO: Gráfica Qualitytá

APOIO

misereor
AÇÃO COMUM JUSTA GLOBAL

PORTICUS

adveniat
für die Menschen
in Lateinamerika